

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 24ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 30 de abril de 2019, com início às guatorze horas sob a Presidência do Vereador ALÉCIO ESPÍNOLA, secretariada pelo vereador CABRAL e com a presença dos vereadores: Alécio Espínola, Bocasanta, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Fernando Hallberg, Jaime Vasatta, Josué de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Nadir Lovera, Olavo Santos, Parra, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Policial Madril, Rafael Brugnerotto, Romulo Quintino, Serginho Ribeiro e Valdecir Alcântara. – Presidente: Havendo número regimental, dou por aberta a sessão e solicito ao senhor secretário que faça a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. PEQUENO EXPEDIENTE: Pareceres nº 68, 72, 76, 77, 78 da Comissão de Justiça e Redação; Pareceres nº 11, 12 da Comissão de economia, finanças e orçamento; Requerimento nº 161 a 168; Indicação nº 308 a 344. Inscritos para o pronunciamento do grande expediente, os vereadores Celso Dal Molin, Nadir Lovera, Romulo Quintino, Olavo Santos, Rafael Brugnerotto, Policial Madril, Pedro Sampaio, Mazutti, Valdecir Alcântara e Josué de Souza. INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA: - Não houve nenhuma solicitação neste sentido. ORDEM DO DIA: -Presidente: Em segunda discussão e votação o Projeto de lei nº 16/2019 de autoria do executivo Municipal. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. São 5 vereadores contrários e o restante favorável. Em segunda discussão e votação o Projeto de lei 20/2019 de autoria do Poder Executivo. – Vereador Celso Dal Molin: Tem duas emendas. – Presidente: Em discussão a emenda 01 ao anteprojeto 016 emenda. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. - Vereador Celso Dal Molin: Na emenda 1 só uma correção, ali está artigo 29, na verdade nós estamos no artigo 1 e no item 29. Então, eu não sei como foi colocado aqui pela comissão artigo 29 se teria algum problema ou se dá para acertar na correção depois quando for elaborar o projeto. Na verdade é artigo 1 no item 29 e aqui na mudança que fala do bairro FAG foi colocado artigo 29. No acerto da redação retira então o artigo porque é um item. - Presidente: Continua em discussão. Em votação a emenda 1. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Vamos pra emenda 2 ao Projeto de lei nº 16. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Olavo Santos. - Vereador Olavo Santos: Embora tendo votado contrário ao projeto pelas falhas gritantes que aconteceram, inclusive nem a presidente da associação do Bairro Canadá sabia dessa alteração e entre outras falhas estava aqui uma expressão errada de tanta atenção quando redigiram lá e em respeito ao que o vereador Romulo nos pede vou só meter a dizer que nós fizemos uma Emenda então para colaborar onde diz ali: intercessão 369, nós corrigimos lá para BR-467. O projeto passou de forma que nós entendemos que não era merecedora, mas pelo menos a redação, vamos corrigir. Voto favorável. -Presidente: Continua em discussão a emenda 02. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Aprovada pela totalidade dos senhores vereadores. Em segunda discussão e votação o projeto de lei 20 de 2019. Em votação o projeto. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Projeto de lei aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Em segunda discussão e votação o Projeto de lei 26/2019 de autoria do Poder Executivo. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) -



ESTADO DO PARANÁ

Presidente: Com a palavra, vereador Pedro Sampaio. - Vereador Pedro Sampaio: Eu peço voto ainda contrário a esse projeto pela seguinte situação: quando a gente fala em indenização, quando há um dano causado ao trabalhador e aqui na nomenclatura que foi nos apresentada aqui eles estão trabalhando as diárias com indenizações. As indenizações trabalhistas podem ser consideradas como uma forma de compensação financeira quando houver um descumprimento da Lei e a Previdência Social no seu regulamento diz que as verbas de natureza indenizatória não integram a remuneração do trabalhador, não são considerados para compor seu salário. Então, nós temos aqui evidente um caso de confusão na legislação e conversando com alguns vereadores, vereador Rafael realmente, nós estaremos votando favorável nesse projeto de uma forma errônea no meu entendimento. Peço voto contrário por esta situação que as indenizações, as diárias não são indenizações. Só quando houvesse descumprimento da lei. Peço voto contrário. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Olavo Santos. - Vereador Olavo Santos: Diante da maneira como são apresentados esses projetos e querem nos fazer crer que está certo, tão fazendo renascer as lendas Papai Noel, a questão do sereio, da sereia seria mais umas lendas. É difícil acreditar que vão pensar que nós vamos concordar com isso. Nós estivemos do lado no momento da celebração do contrato, do convênio. Queremos ajudar que seja realmente feita a remuneração para a guarda. Faça de maneira correta. Em respeito esse pagamento envia com coerência, em respeito aos servidores, em respeito aos cofres públicos, em respeito à legislação. Se eu estiver errado, eu seria humilde o suficiente se algum dos senhores puder explicar eu volto atrás. Não vou votar quando essa rubrica está de forma errada e querem fazer crescer as nossas orelhas maior do que ela já é. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Sampaio: Exemplo: guarda faz a hora extra e a Prefeitura não paga aí sim vai entrar com pedido de indenização. Essa é a natureza do que colocaram no artigo primeiro de forma equivocada. (-Um aparte) -Vereador Olavo Santos: Pois não. - Vereador Misael Junior. Vereador Olavo, o senhor sabe que o Tribunal de Contas fica informando essa casa das ações que nós devemos tomar, que a mesa diretiva deve tomar. Algumas situações vão mudando ou se aprimorando. O senhor acha que do outro lado da rua isso também não acontece? O senhor acha mesmo que algum projeto viria com um vício desses técnicos que estão sempre conversando com o Tribunal de Contas, pegando a orientação deles para que eles pudessem trazer para essa Casa essas informações? Acho que vem de lá sim uma informação depois de uma discussão, de uma busca do entendimento para que a gente possa chegar nessa Casa e votar. Se existe erro eles estão assumindo esse erro e vão resolver para frente com problemas inclusive de improbidade, mas nós aqui estamos dando a possibilidade de poder pagar essas contas. Muito obrigado. - Vereador Olavo Santos: Tenho certeza que têm a coragem de mandar coisa errada para cá que eu tenho as comprovações do que já veio errado para cá, aliás, nós temos. Quantos projetos foram atravessar a rua para dizer: corrijam aqui, lá. É certeza. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Fernando Hallberg: No próprio projeto que aprovamos aqui tem um erro no ano passado em que aprovamos o convênio. Consta guarda patrimonial. Guarda patrimonial não faz parte do sistema único de Segurança Pública. Até mesmo aquele projeto já veio com erro e até hoje não corrigiram. Essa Casa está cumprindo o papel dela que é filtrar para que melhore a forma como se governa Cascavel. - Vereador Olavo



ESTADO DO PARANÁ

Santos: Precisamos deixar bem claro que sempre os colegas tiveram a fim de ajudar, de colaborar com o Executivo, só que não está havendo o devido respeito com essa Casa, o devido respeito com a transparência para com a população de Cascavel, nesse sentido não é possível que continuemos da mesma maneira. Votarei contrário mais uma vez, peço aos colegas que possam pensar em votar também contrário para ver se nos próximos projetos pelo menos tenham um zelo de sentar e planejar, de não omitir, não mascarar. Peço voto contrário. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rafael Brugnerotto. - Vereador Rafael Brugnerotto: Eu tenho me colocado sempre como um apoiador do governo. Acho que tem feito um bom trabalho aqui no município de Cascavel, quando eu me propus a ser vereador do município eu procurei ter uma análise técnica e eu realmente aqui neste projeto eu encontro algumas dificuldades porque ao que me parece, desculpe a palavra, mas é uma gambiarra jurídica que está sendo feita. Nós não temos condições de votar um projeto falando que é indenização para o argumento de pagar diária. Se não fosse um projeto de competência exclusiva do Executivo eu iria propor um substitutivo. Acho que seria coerente pedir a retirada desse projeto até porque isso futuramente pode dar um problema para o próprio prefeito. Falamos tanto em Tribunal de Contas, em fazer a coisa certa, creio que a quarda municipal precisa desses valores, eu realmente estou com dor no coração aqui de votar não junto desta vez com o Executivo até para preservá-lo porque não existe uma rubrica específica, uma terminologia adequada na legislação, mas pode ser criada. Pagar hora extra através de uma diária talvez possa ser possa dar problema futuramente. Eu, dentro dessa perspectiva, deixando muito claro que estou aqui numa condição de procurar ajudar o governo municipal no que é de minha competência, eu deixo aqui um alerta quanto a essa questão. Portanto, vou votar contrário a esse projeto porque visualizo um problema lá na frente. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Quero solicitar aos senhores que abram o presente projeto lá na mensagem da Lei e nós vamos passar a leitura do parágrafo 3º dessa justificativa do anteprojeto de lei nº 26. O parágrafo 3º diz: reza o seguinte texto: tal solicitação tem por finalidade a inclusão dos elementos de despesa 3.1.90.94 indenizações e restituições trabalhistas e 3.3.30.41 contribuições, orçamento da Secretaria Municipal de políticas sobre drogas e proteção à comunidade visando à adequação orçamentária de acordo com o entendimento da procuradoria geral do município classificando o valor, áreas de reforço operacional destinado aos guardas municipais e patrimoniais descritas na lei 6916/2018 como despesas indenizatórias. O parágrafo seguinte diz que ainda em tempo informamos que a inclusão do elemento 3.3.30.41 contribuições busca atender a pretensão da administração Municipal em firmar convênio com o governo do estado através das polícias Militar e Civil para ampliar o serviço de segurança aos munícipes de Cascavel bem como em atendimento à lei 6916 de 19 de novembro de 2018 que trata de área de reforço operacional a qual tem por finalidade de intensificar o atendimento às comunidades com integração de forças de Segurança Pública levando maior sensação de segurança e aproximando a administração pública da população cascavelense. Em que pese a boa intenção e a formação dos nossos vereadores aqui vários formados em Direito, o Direito é muita interpretação. Nós temos aqui em mãos a interpretação da procuradoria geral do município que na sua interpretação, no momento de elaboração do presente projeto



ESTADO DO PARANÁ

entende a possibilidade e a viabilidade de inclusão dessa despesa enquadrando-a aqui ao projeto aprovado aqui no período legislativo passado que autoriza e nos dá a base e a salvaguarda de votarmos tranquilos esse projeto. Além disso, deixar bem claro que o vereador Cabral e vereador Vasatta que acompanha atentamente a fala e deixar claro que se esse projeto veio errado para cá que eu com todas as palavras não concordo, daquele pessoal que está lá na procuradoria jurídica do município, aí pode mandar todo mundo embora porque eles estão lá a vida inteira só fazendo isso. A interpretação do procurador-geral do município para mim tem um peso muito grande assim como tem o peso da fala de cada um dos senhores, dentro da sua interpretação ele entende possível esse enquadramento classificando o valor diário de reforço operacional destinado a guarda municipal e patrimonial como despesas indenizatórias. Além de todo esse arrazoado e possibilidades exposto aqui pelos nobres edis em que seja levado em consideração todo esse arrazoado de argumentação e posicionamentos colocados aqui pelos nobres edis nós temos aqui em contrapartida esse aval das pessoas que aqui vieram e foram duramente questionadas pela comissão de Economia quanto ao enquadramento ou não dessa lei nessa rubrica para aquele fim. Temos aqui um posicionamento muito forte da procuradoria geral do município e é claro de todo o corpo técnico. - Vereador Olavo Santos: Até agora não me convenceram de que o projeto veio correto, e se for falar de projetos errados vou começar com... o Mazutti teve que fazer um substitutivo ao projeto que veio do Executivo, a comissão de educação acabou fazendo substitutivo a um projeto que veio do Executivo que estava errado. Não é com esse argumento que eu vou acreditar que está correto. - Vereador Romulo Quintino: Obrigado. Erros aqui também em projetos todos nós já cometemos, inclusive recentemente houve um erro muito sério num projeto aprovado aqui por nós e depois foi corrigido. Estamos falando de algo muito sério que a questão da dotação orçamentária que pode colocar o prefeito se se confirmar essa posição dos senhores numa situação de improbidade administrativa que é muito pior do que qualquer outra coisa. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Policial Madril. - Vereador Policial Madril: Acredito que cada vereador aqui tem seu ponto de vista e cada um tem um entendimento, mas a lei é clara e esse projeto no meu entendimento está errado da forma que veio. Quando o senhor fala do Procurador jurídico, procurador jurídico é formado igual muitos outros vereadores daqui que têm formação em Direito, assessores que têm formação em direito, e o Braga Côrtes, infelizmente pode ter até uma capacidade boa, mas pelo que eu vejo quem manda nele é que manda ele fazer o projeto do jeito que ele pensa porque se ele tivesse... a opinião dele não é uma opinião própria, não é livre para pensar porque quando ele estava nessa Casa de leis aqui, que é um exemplo, ele foi contra a taxa de desastre e a opinião dele quando ele falou ali ele falou se fosse falar juridicamente, a taxa de desastre é inconstitucional, ele achava que não deveria ter em Cascavel e nem por isso Paranhos pegou e fez um decreto e acabou que esse projeto lá que sabe que é inconstitucional. Então, a gente sabe que infelizmente a pessoa que tem uma formação acadêmica de Direito muitas vezes ele trabalha conforme o cliente dele quer, o patrão dele quer que ele trabalhe. Agora não que ele vai expor a opinião dele. Ele pode até ter capacidade, mas teve muitos casos, eu, por exemplo, nunca tinha ouvido falar de Luciano Braga Côrtes. Quando nós entramos em 2016 com ação para não ter uma sessão aqui no final do ano, muitas



ESTADO DO PARANÁ

pessoas falaram que ele ia lá e ia mudar e não mudou, o Direito é igual para todos, depende da interpretação. Agora, esse projeto agui se tivesse certo, quando veio o projeto em 2018 já falou que era dotação orçamentária da própria secretaria, agora vem com projeto para a gente esquentar um furo do prefeito. Cada um vota do jeito que pensa, eu vou votar contrário porque é meu entendimento, agora vem os projetos daí você tem que pensar porque tem os guardas que tem que trabalhar, é lógico, a guarda municipal tem muitos guardas municipais aí a grande maioria faz um serviço decente e adequado, mas se você não tem dinheiro para pagar aquela hora extra ali, faz o que é o dever do município: cuidar os bens públicos do nosso município e a segurança em geral tem que cobrar da Polícia Militar, tem que cobrar do Estado. Todo mundo paga imposto, a verdade é essa. Se nós ficarmos a vida inteira um fazendo serviço que o outro tem que fazer, aí vai chegar uma hora que alguém vai carregar demais o piano e vai cansar e tem gente que não está fazendo a sua parte. Então, acredito que se fosse a dotação que está no projeto de 2018 no artigo 6º que está falando aqui: despesa decorrente da aplicação desta lei correrão por conta da dotação própria consignada do orçamento vigente. Quando veio esse projeto aqui que dispõe sobre o programa integrado de segurança comunitária de Cascavel já foi comentado na época sobre índice prudencial, da onde que ia tirar dinheiro para pagar essas horas extras, e foi feito o projeto. Desde de 2017 que iniciei aqui está vindo muito projeto sendo empurrado com a barriga e uns a gente acaba votando junto porque aí tem o interesse público, tem a população, tem caso de funcionários que a gente tem que pensar no lado do funcionário e tem alguns outros projetos que têm uma lógica que você vota. Um caso é esse da Mitra que vem a concessão de terreno ali que a gente sabe que se fosse seguir cegamente a lei teria que votar ao contrário, tinha perdido tempo, mas a gente sabe que ali já está sendo usada há quantos anos que é algo que é usado de interesse público, então a gente tem que pensar nesse sentido também, agora nesse projeto aqui não tem como votar favorável, eu, por exemplo, não tem como, agora os outros cada um vota do jeito que quer, eu acho que o vereador deve mais obrigação pra as pessoas que estão lhe assistindo, as pessoas que acompanham o trabalho dele e deve para comunidade. Então, eu vou votar com coerência, eu vou votar ao contrário desse projeto. (-Um aparte) Pois não. -Vereador Rafael Brugnerotto: Eu iria sugerir e me propor a trabalhar em conjunto desde que fosse retirado esse projeto para que a gente pudesse criar essa rubrica porque nós corremos um sério risco de uma pedalada fiscal nisso aqui. Eu me comprometo a ajudar, agilizamos o procedimento enquanto Comissão de Justiça e redação, a dar maior agilidade possível. Essa é a minha sugestão. (-Um aparte) - Vereador Policial Madril: Pois não. - Vereador Pedro Sampaio: Deixar claro que aqui trata-se da hora extra. Agora não pode ser maquiado como uma indenização. Esse que é o grande fato, o município tem que, com respeito a todos os nossos doutores do Executivo, manda uma lei dizendo da hora extra a gente aprova. - Vereador Rafael Brugnerotto: Questão de ordem. Não é retirar, é adiar. Estou requerendo aqui o adiamento por três sessões. -Vereador Policial Madril: Vereador Rafael Brugnerotto pediu adiamento por 3 sessões do projeto. - Presidente: Em votação o adiamento. - Vereador Rafael Brugnerotto: Me inscrevo pra defender o adiamento. – Presidente: Pelo adiamento quem mais? Favor ao adiamento Rafael e contra tem alguém? Não. Vereador Romulo. Com a palavra vereador Rafael Brugnerotto. - Vereador Rafael Brugnerotto: Quando eu me refiro à



ESTADO DO PARANÁ

questão do adiamento eu sei da importância que esse projeto tem para guarda municipal. Ontem a votação foi um tanto quanto apertada, eu não gostaria que esse projeto não passasse, mas se passar ele vai ter algum problema de vício aqui e pode acabar prejudicando do meu entendimento. Requeiro isso até para que seja dada uma nova oportunidade ao Executivo para ajustar essa questão de repente fazer alguma emenda criando essa rubrica específica para que possa posteriormente ser aprovado sem problemas. Esse é meu objetivo: tentar colaborar e não prejudicar. - Presidente: Com a palavra vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Esse projeto é de tamanha importância que a sua não aprovação acaba inviabilizando aquela lei que nós votamos aqui ano passado criando a possibilidade de parceria e de pagamento dessa indenização, restituição que é uma questão de segurança. Os senhores sabem dentro do mérito dessa questão do projeto a importância de haver esse reforço dado nosso número escasso e cada vez decrescente de guardas patrimoniais e municipais. Claro que o debate aqui é a questão da rubrica mais uma vez para enfatizar e reforçar essa colocação. Os senhores podem votar isso com tranquilidade porque como disse aqui já e esse contato feito pela Procuradoria Geral do município dizendo da legalidade eu acho que a gente acaba de certa forma encerrando esse debate, votamos esse projeto aprova para colocar essa questão da segurança tanto da guarda patrimonial e Municipal de uma vez por todas na rua para as coisas acontecerem. (-Um aparte) Pois não. - Vereador Josué de Souza: Quero agradecer a preocupação dos vereadores contra esse projeto, mas a preocupação de vocês é a minha também. Estive ontem à tarde conversando com o Dr. Luciano sobre esse projeto e segundo a sua análise e da sua equipe técnica podemos votar tranquilos com a consciência tranquila que não tem nada de errado. Nós não queremos colocar o nosso prefeito em saia justa ou que ele venha correr algum perigo. Então, tem embasamento jurídico, eles estão tranquilos e nos deixaram bem tranquilo para votar também a favor ou contra esse projeto. Fica aqui na consciência de cada um. - Vereador Romulo Quintino: O presente projeto de lei com essa rubrica que pelo corpo técnico da prefeitura é o que mais se aproxima do enquadramento a lei aprovada no ano passado busca atender a pretensão da administração Municipal em firmar os convênios. A administração Municipal expressa através desse projeto de lei a sua vontade, o seu desejo de firmar os convênios para o fortalecimento da segurança de Cascavel. Quero pedir voto contrário ao adiamento, que nós possamos votar de acordo com a pretensão da administração Municipal. (-Um aparte) Pois não. - Vereador Celso Dal Molin: Esse projeto com adiamento não vai resolver. Acredito que esse projeto se resolve no voto e cada um vota como quer e cada um vai responder por seus atos depois. Peço voto contra o adiamento. - Presidente: Vamos à votação. Proceda votação nominal senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Bocasanta, Fernando Hallberg, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Policial Madril, Rafael Brugnerotto, Serginho Ribeiro). (Foram contrários os vereadores: Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Jaime Vasatta, Josué de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Nadir Lovera, Olavo Santos, Parra, Romulo Quintino e Valdecir Alcântara). - Secretário: 7 votos favoráveis e 13 contrários. - Presidente: 7 votos favoráveis e 13 contrários fica prejudicado o adiamento. - Vereador Fernando Hallberg: Continua em discussão o projeto? (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Hallberg. - Vereador Fernando Hallberg: Quando nós começamos



ESTADO DO PARANÁ

aqui algumas discussões lá em janeiro, fevereiro de 2017 quando votássemos contrários aqui algumas vezes era um motivo político. Depois em 2018 novamente nunca conseguimos uma discussão técnica de verdade aqui que o debate fosse efetivamente sobre a questão pontual e novamente em 18 permanecia porque éramos contrários porque perdemos a eleição. 2019 agora ainda estamos falando de eleição, a desculpa agora é da próxima eleição. Infelizmente o debate não é privilegiado porque fugimos do debate técnico e específico do ponto que estamos faltando que neste caso não passa de uma manobra para que esse subsídio, essa diária que não passa de pagamento de hora-extra disfarçado não entre no limite prudencial. O que nós não vimos aqui nesse quadrimestre que estamos com alerta ligado, foi a prefeitura vir até essa Câmara de vereadores e dizer como é que vai sair do limite prudencial e lembrando que hoje é dia 30 de Abril. A partir de quinta-feira já estamos no próximo quadrimestre e ainda não sabemos. Espero realmente que nós tenhamos saído do limite prudencial se não nós vamos requerer de novo suspensão da nomeação do secretário de obras, suspensão da nomeação do diretor da Secretaria de Cultura, que se comece a cortar as gratificações dos cargos comissionados que juntos somam 1,7 milhões e o que nós não queremos mesmo são manobras técnicas para tirar do limite prudencial aquilo que de fato faz parte do limite prudencial e tirando a limpo isso aqui é o que está acontecendo nesse projeto de lei, é hora extra disfarçada e eu não vou ser conivente com isso assim como vários outros projetos que vieram errados e não fui conivente. Meu voto é contrário mesmo que o projeto seja aprovado, a minha parte vou fazer porque meus eleitores me elegeram para fazer aqui aquilo que é certo e o que é certo neste momento é irmos contra esse projeto e dizer para administração que ela precisa melhorar. Ela tem sido uma gestão amadora, uma gestão que tem privilegiado cargos políticos ao invés de cargos técnicos a não ser em raras exceções, e o problema é que são raras as exceções. E nós temos que pensar que essa velha política já acabou. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Policial Madril: Só ouvindo a fala de todo mundo daí eu acho engraçado porque a gente é aconselhado pelo secretário de Finanças e pelo pessoal do recursos humanos, pessoal da prefeitura que pode votar tranquilo nesse projeto, mas se tem três poderes independentes nós temos que ser aconselhados pelo diretor Legislativo, pelo nosso procurador jurídico. Agora, o procurador jurídico da prefeitura tem que orientar o prefeito para mandar uns projetos que dê para a gente entender, agora, não fazer uma manobra dessa e daí vem falar: pode votar tranquilo. Não existe isso. A gente tem que procurar se informar com o pessoal da nossa Casa e o pessoal lá da prefeitura tem que informar o prefeito e o prefeito mandar os projetos com o jeito certo da gente votar. Agora quando fala em diária e a gente sabe que é pagar hora extra aí fica difícil. Obrigado. - Vereador Fernando Hallberg: Peço voto contrário. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Josué de Souza. - Vereador Josué de Souza: Quando a gente fala que consultou e conversou com o jurídico lá é porque nós conversamos aqui com os nossos advogados também e é sempre bom você ouvir duas, três, quatro, cinco pessoas para ver os pensamentos de um, de outro para ver se bate. Além da orientação dos nossos advogados, com as pessoas com o qual eu consultei eu fui tomar um segundo conhecimento. Esse projeto não tem nada de errado. Nós aqui não podemos querer intervir e muitas vezes guerer ser prefeito. Temos que saber o nosso local, e eu fui eleito para fazer a coisa certa. O vereador que me antecedeu disse que foi eleito para votar de



ESTADO DO PARANÁ

maneira certa, eu também fui e tenho certeza que eu estou fazendo a coisa certa, tomando as minhas precauções e não tenho nenhum questionamento. Só sei que o distrito precisa de mais segurança, a cidade está clamando por mais segurança. Vou estar votando favorável. (-Um aparte) Pois não. - Vereador Romulo Quintino: É um plano de governo que está sendo continuado através da aprovação desse projeto. Antes eu tinha dúvidas sobre o debate técnico, até em algum momento fiquei com uma migalha de dúvidas, mas essa migalha de dúvidas sobre debate técnico acabou com a fala de um vereador que nos antecedeu dizendo que vai entrar mais uma vez na justiça contra a nomeação do secretário, diretor. Quer dizer, saiu do debate técnico para entrar no debate político partidário. Precisamos aprovar aquilo que é importante para a cidade. Peço voto favorável. - Vereador Josué de Souza: Tenho cobrado algumas ações que estão no plano de governo e que não foram cumpridas ainda e que alguns ficam colocando nas redes sociais e vai ser cumprido porque o mandato não terminou ainda. (-Um aparte) Pois não. - Vereador Olavo Santos: Na verdade entendamos algumas situações: existisse uma discussão técnica e bem fundamentada e isso é importante. Outra situação importante é que nós também fomos eleitos e estamos aqui na nossa atribuição. Não gosto de desviar para questões politiqueiras do passado mesmo porque eu não pertencia a grupos políticos. O que nós temos hoje é uma responsabilidade com a nossa gente nesse momento. Quanto a cumprir o plano de governo é uma verdade. Não faz nada mais do que obrigação. Eu particularmente ainda não comecei a cobrar aquilo que foi colocado no plano de governo, espero que consiga cumprir. - Vereador Josué de Souza: Não precisa cobrar que nós estamos atentos. O plano de governo o qual o senhor apoiou a população não aprovou ele. Se nós não conseguirmos cumprir 100% do plano de governo vamos estar trabalhando para cumprir 99,9. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Bocasanta. - Vereador Bocasanta: Na realidade agui esse projeto é meio confuso, mas como a gente não vota politicamente, eu vi aqui está mais politicamente, quando fala aqui de 9.000 funcionários eu sou funcionário do município. Uma das coisas que me afastou um pouco desse Prefeito foi que ele não sabe mandar os funcionários públicos porque do meu jeito ia ser bem pior. Esses dias eu estava na UPA, o Josué estava junto comigo. Nós fomos lá no UPA, um médico lá, era chefe de lá, que já tinha mandado embora na hora, falou que a saúde não tem jeito. O chefe do Paranhos que devia ser mandado embora naquele dia que nós estávamos lá para fazer politicagem, ele falando que a saúde pública não tinha jeito, que era daquele jeito e não tinha melhora. Eu falei para ele: se ele fosse meu funcionário já tinha mandado embora. (-Um aparte) Pois não. - Vereador Josué de Souza: O Bocasanta tem um jeito meio aguerrido e ele chega já querendo prender os caras e os caras dão meio de frente com ele, mas no final o importante que se acertam. Depois de uma discussão que ele teve lá realmente e depois se abraçaram e saiu todo mundo abraçado e disseram que o pensamento do Dr. Bocasanta está certo. - Vereador Bocasanta: Aquele funcionário que está junto com a grande maioria que são chefes da Secretaria de Saúde, do próprio recursos humanos da prefeitura se eu fosse perfeito já estavam tudo na rua. Nego que não quer trabalhar é rua. Sou a favor de fim da estabilidade no emprego. O servidor público tem que servir e não ser servido. No Brasil falta gestão. Esse nosso prefeito se acovardou porque se ele tivesse me escutado a saúde de Cascavel já estava melhor ou nós estávamos tudo lá no Paraguai porque o



ESTADO DO PARANÁ

negócio tem que funcionar. Deixa os guardas receberem mais um pouco, alguma coisa e vamos tocar o barco para frente porque Cascavel precisa de todos nós aqui não para brigar, mas para trazer ideias, trazer recurso para que nós possamos ter uma cidade melhor. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Estamos aqui numa situação que nós vamos tomar uma decisão cada um de nós fazer um voto favorável ou contrário a esse projeto. Cada um vai votar de acordo como quer, cada um tem o poder do seu voto e cada um vai estar votando e vendo depois se vier um julgamento diferente qual vai ser a resposta e quem estava certo, quem estava errado na situação. Só colocando, o Fernando falou: com arrecadação de um bilhão... se der um bilhão está bom demais. Vamos votar e que o voto decida esse projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Parra. - Vereador Parra: Quero pedir auxílio dos vereadores para essa Casa de leis votar ali com urgência um projeto que destinava dotação orçamentária para o curso da GM e nós estamos nessa Casa de leis dia a dia empurrando com a barriga. Comissão de Finanças, eu acabei de entrar lá, estamos com três projetos lá, aqueles cabulosos mesmo que a gente precisa pedir requerimento de informações, informações que se vierem pra o plenário, vamos discutir umas 3 horas e é o que tá acontecendo já desde janeiro de 2017. Vi falar aqui que a Procuradoria Geral do município deu parecer, disse para votar tudo tranquilo. Daqui a pouco vem o pedido de impeachment do prefeito por pedalada. Vamos carregar isso nas costas? Se o procurador-geral da prefeitura deu todas essas informações ele vai contra decisão do Tribunal de contas. Então, nós temos que fazer as nossas votações com responsabilidade. Gostaria de votar porque você está oferecendo talvez para a população um serviço, mas a que preço isso? Nós temos que ter responsabilidade. Vou citar um exemplo aqui: uma academia da terceira idade que o município comprou 10. Não se consegue instalar porque ainda não se consegue colocar base lá o concreto. Que adianta nós temos essas 10 academias da terceira idade? Que adianta a gente ficar criando rubricas e recursos se a gente está gastando mal o dinheiro público? Fui colocado há 10 dias na comissão de Finanças e posso sair hoje se for para eu fazer coisas erradas. Na comissão de Finanças se depender do meu voto, não vai ser assim de qualquer jeito, não vai ser por telefonema, não vai ser por pressão do Executivo porque aqui tem que ter responsabilidade. Ainda não me convenci que tenho que votar a favor desse projeto. Vou seguir orientação do Paço ou orientação aqui das pessoas responsáveis por nos orientar aqui nessa Casa de leis? Vamos pensar, fazer as coisas com que diz a lei que nós lá no futuro não vamos se arrepender. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Serginho Ribeiro. - Vereador Serginho Ribeiro: A única situação que se tem interpretações dúbias que nós citamos num projeto e principalmente que está complicada uma votação favorável ao projeto que vem com uma tramitação aqui que não muito favorável de nós votamos eu acho que é claro prerrogativas de cada Vereador. Fui presidente da Comissão de economia e Finanças por dois anos, bem orientado pelo Mário Galavotti juntamente com o Jaime e também o Mazutti. De maneira responsável votamos vários projetos favoráveis e várias vezes ajustamos o projeto na conformidade para ser votado e tramitado nessa Casa. Gestão Pública não é fácil, não é para qualquer um. Eu sei como eu fui eleito, eu sei muito bem dos meus eleitores, das pessoas que votaram em mim e confiam no meu trabalho, mas de forma alguma sou conivente com qualquer situação, voto conforme eu analiso. Eu



ESTADO DO PARANÁ

sou sério, não aceito nenhum tipo de miguézinho pra meu lado. (-Um aparte) Pois não. -Vereador Romulo Quintino: A política da segurança sempre nas principais plataformas de plano de governo. Esse projeto é um projeto importante dentro da plataforma de governo para reforço da segurança e nós temos várias alas da sociedade que estão pedindo reforço da segurança inclusive nos nossos próprios públicos e as outras demais áreas. Falar na demanda que o senhor sempre defendeu da causa animal. O governo foi duramente criticado por gastar milhões de reais na causa animal, mas só que foi lá com muita força, com muita determinação e fez um investimento mesmo sabendo que grande parte da população seria contrária. E é questão de saúde pública, não só a questão da castração que é o controle da população animal, mas a questão de saúde pública. São debates importantes que esse governo tem encarado de frente como essa da população animal. Essa da segurança não é diferente e por A mais B eu já entendi que existe intenção em barrar as propostas do governo e isso não podemos deixar acontecer. Obrigado. - Vereador Serginho Ribeiro: obrigado. (-Um aparte) Pois não. - Vereador Fernando Hallberg: O que não dá e você deturpar o discurso dessa maneira, dizer que estamos aqui pra barrar ações do governo quando estamos aqui pra que as ações sejam feitas de maneira correta. Você mudando todo contexto do discurso para deixar de uma maneira como se nós fossemos contrários à segurança pública de Cascavel. É um absurdo isso. A prefeitura de Cascavel não teve a capacidade de mandar um projeto correto para essa Câmara de vereadores e mais do que isso, não conseguiu reduzir o índice prudencial e está usando de subterfúgios escusos como esse, manobras políticas para reduzir o índice. Isso é lamentável de verdade. (-Um aparte) - Vereador Serginho Ribeiro: Pois não. - Vereador Pedro Sampaio: Tenho a receita para o prefeito sair do limite prudencial: corta os cargos, corta pela metade, o Edgar fez. Esse é o problema: que ainda esse governo não me toque, aquele governo que não se pode falar mal do governo atual e nós estamos falando que a indenização não é o caminho, corta os cargos. Acho que deve começar por aí, e a Constituição fala: começa pelos cargos em comissão. Eu acho que o município tem uma lista bastante extensa para começar a trabalhar o limite prudencial, os cargos em comissão. Obrigado. (-Um aparte) - Vereador Serginho Ribeiro: Pois não. - Vereador Rafael Brugnerotto: Vou retribuir a gentileza do vereador Bocasanta, se ver que coisa foi muito para politicagem eu voto com o Bocasanta. - Vereador Serginho Ribeiro: Obrigado. (-Um aparte) Pois não. - Vereador Josué de Souza: Estou vendo vereador dizendo que tem a receita da administração para administrar a cidade, quero recomendar a ele que seja candidato a prefeito. Precisamos de bons gestores. Acho que aqui ninguém quer votar nada errado. O debate é bom, estamos todos orientados, não vamos querer ficar prejudicando a administração com vaidades pessoais ou achar que tem a receita do bolo, vamos ajudar a desempenhar o projeto que a população confiou e elegeu para administrar a cidade por 4 anos que pode ser prolongado por mais 2, ir para 6 anos. - Vereador Serginho Ribeiro: Obrigado. (-Um aparte) Pois não. - Vereador Policial Madril: Todo mundo está dando um conselho para o nosso Executivo, vou dar um conselho que ele deveria ter feito no início da Guarda: ao invés dele ficar brigando por essa hora extra, devia dar uma dedicação exclusiva para os guardas e daí eles poderiam andar com a arma que eles estavam andando ali que eles não tinham porte para andar na hora de folga e daí o Coronel fez um papelzinho migué, uma guia de transporte para casa, mas se eles tivessem dedicação exclusiva eles



ESTADO DO PARANÁ

estariam de serviço diariamente, ganhariam uma porcentagem de 50, 100 ou 70% a mais no salário e que cobria essas horas extras aqui e trabalhariam adequado a isso aí e hoje a gente não estaria aqui discutindo essa indenização se é diária ou era o extra, estaria tudo resolvido. Só uma dica. - Vereador Serginho Ribeiro: Obrigado. Só citando aqui a fala do vereador Romulo questão da causa animal, é questão de todos, conscientização. Se nós aprovamos a semana do bem-estar animal e tudo mais. E as pessoas é essa situação. Temos problemas na saúde porque as pessoas tem que fazer atividade física, tomar água de qualidade. Não adianta só empurrar pra o poder público. Nunca votei contrário a projetos que possam beneficiar a população. Não tenho dúvida que o Executivo está fazendo sua parte e nós temos que fazer nossa parte como fiscalizadores. Muito obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Valdecir Alcântara. - Vereador Valdecir Alcântara: Eu acho que cada Vereador teve o seu eleitor e deve a sua satisfação pra cada eleitor que votou em você. Amanhã, se qualquer um de vocês tropeçar, não pense que alguém vai passar a mão na cabeça. Tantos discursos, conversas agui, eu acho que isso daí não leva a nada. O que leva a alguma coisa é a nossa consciência. Deixar claro que o meu voto vai ser através da minha consciência. Muito obrigado. - Presidente: Vamos à votação. Proceda votação nominal senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Bocasanta, Jaime Vasatta, Josué de Souza, Mazutti, Misael Junior, Rafael Brugnerotto, Romulo Quintino e Valdecir Alcântara). (Foram contrários os vereadores: Fernando Hallberg, Nadir Lovera, Mauro Seibert, Olavo Santos, Parra, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Policial Madril, Serginho Ribeiro). - Secretário: 11 votos favoráveis e 9 contrários. – Presidente: Com 11 votos favoráveis e 9 contrários aprovado Projeto de lei nº 26. Em única discussão e votação o requerimento 158 de 2019. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Esse requerimento eu e Carlinhos estamos fazendo devido nós termos visitado a região norte e termos trabalhado muito sobre os loteamentos que estão já foram criados lá vendo quanto à utilidade pública, quanto ao recurso que tem que deixar pra o Município. E nesse trabalho nós constatamos que havia uma dificuldade com abastecimento de água naquela região devido ao crescimento da região e apenas uma caixa de água no Floresta. Então, nós estamos solicitando a Sanepar que venha colocar mais uma caixa de água lá para abastecer a população. Temos um problema no Riviera, queria que a técnica colocasse a foto número 1, só queria mostrar para os senhores sobre um Ofício que eu fiz buscando a resposta até de um condomínio lá. Nós recebemos então do seu Boaretto que é o proprietário daquele empreendimento que está sendo construído ao lado do Riviera devido a um questionamento nosso quanto a utilidade pública e ele veio até meu gabinete e ali nós pudemos tirar todas as dúvidas e ele nos comunicou que vai trazer todas os projetos de quantos imóveis ele vai construir ali, também vai trazer todas as situações quanto à utilidade pública para aquele local só, que devido ao crescimento da região não está sendo suficiente aquela caixa de água que tem lá. Nessas visitas que eu e o Carlinho fizemos na região cobrando algumas situações nos deparamos com essa situação então estamos fazendo esse requerimento pra Sanepar que vá lá e coloque também mais uma caixa de água para atender a população. (-Um aparte) Pois não. - Vereador Carlinhos Oliveira: Os investimentos do poder público na nossa região são necessários tendo em vista toda a situação. Somente



ESTADO DO PARANÁ

esse empreendimento além dos 2082 apartamentos do programa Minha Casa Minha Vida do Riviera também vão ser construídos mais quase dois mil apartamentos de particularidade do Dr. Durval que é o proprietário do investimento. Nossa preocupação é que temos a uma área do Bresolin de mais de 40 alqueires de terra que provavelmente serão bloqueados, então crescimento ali naquela região e impacto de vizinhança vai ser muito grande e nós prevendo esses investimentos, esse impacto buscamos junto ao empresário previsão com relação que vai ser feito com a utilidade pública, com as UPs, com AP na nossa região. - Vereador Celso Dal Molin: Também gueremos deixar claro que esse empreendimento que o Carlinhos citou se o projeto dele der sequência ele tem um projeto para construir muito mais imóveis na região. A preocupação minha e do Carlinhos que eu trago a todos vocês é quanto à estrutura para as pessoas que vão morar lá, colégio, Cemei, Posto Saúde, Cras, tudo isso nós precisamos, transporte, saída do local. Não vai passar nenhum loteamento que não cumpra a lei separando os 15% que é utilidade pública pra o município. Pedimos o voto favorável de todos os senhores. Proceda votação nominal senhor secretário. (Foram favoráveis os vereadores: Bocasanta, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Jaime Vasatta, Josué de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Nadir Lovera, Olavo Santos, Parra, Paulo Porto, Rafael Brugnerotto, Romulo Quintino, Serginho Ribeiro e Valdecir Alcântara). (Não houve voto contrário). - Secretário: 18 votos favoráveis e nenhum contrário. -Presidente: Com 18 votos favoráveis e nenhum contrário fica então aprovado requerimento 158. Finda que está a matéria da ordem do dia deixo a palavra livre aos senhores vereadores para pronunciamento de interesse público. - Vereador Paulo Porto: Peço licença para me ausentar durante o grande expediente. - Presidente: Antes da ausência então do vereador Paulo Porto, vocês receberam o convite, vocês sabem e vocês têm todo o direito de falar com a Doutora Adriana, a escola do Legislativo está fazendo um brilhante trabalho, nós estamos trazendo para semana que vem um promotor de justiça do Estado de São Paulo que é presidente do Instituto Não aceito corrupção. Vamos fazer um programa muito especial em Cascavel sobre esse tema e eu gostaria muito que os vereadores me acompanhassem. Vai estar aqui no dia 9, terá uma programação na Univel, uma programação na FAG e depois teremos uma programação neste plenário. Então, seria muito importante a presença de todos os nobres vereadores. Obrigado. Licença concedida vereador Paulo. - Vereador Serginho Ribeiro: Gostaria de ausentar também. - Presidente: A primeira inscrição é do vereador Celso Dal Molin. -Vereador Carlinhos Oliveira: Questão de ordem. Peço licença. – Vereador Mazutti: Abro mão da palavra e peço licença. - Presidente: Com a palavra vereador Celso Dal Molin. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Vereador Celso Dal Molin: Pedir para técnica colocar uma foto número 2 só para me dar uma explicação e dar também um esclarecimento aos senhores. Falei daquele aplicativo para guarda municipal que apresentei aqui para os senhores então fiz a reunião, o Pedro esteve representando a comissão de segurança e as secretarias que não estiveram nessa foto vieram depois e acabaram gostando da ideia, a ideia foi aprovada e eu conversei com o Alcione da Fundtec e ele vai tentar fazer o aplicativo pra ficarmos isentos do pagamento do aluguel. Seria um aplicativo próprio do município. Será uma ideia e um projeto dessa Casa para que possamos implantar na guarda municipal na formação das novas turmas que vão ser apresentadas e ele já entrariam com esse aplicativo trabalhando para dispor. Seria isso. Agradeço a



ESTADO DO PARANÁ

oportunidade. – Presidente: Com a palavra vereador Nadir Lovera. - Vereadora Nadir Lovera: Como amanhã comemoraremos o dia do Trabalhador eu quero parabenizar a todos os trabalhadores e trabalhadoras de Cascavel. Segundo dados do IBGE Cascavel possui uma força de trabalho de 245796 pessoas, destas, 153.513 pessoas estão empregadas e trabalhando sendo 85076 homens e 68437 mulheres. Portanto, cada um desses milhares de cascavelense o meu mais sincero abraço e reconhecimento. Esta data serve também para definir sobre aqueles que estão na outra ponta da estatística, os desempregados. Sintam-se todos abraçados. Muitas vezes falta oportunidade e uma chance para essas pessoas mostrarem seu potencial por isso o devido reconhecimento. Quero mandar um abraço especial a todas as trabalhadoras de Cascavel, a mãe, a você mulher, a esposa os meus mais sinceros reconhecimentos. Nós mulheres merecemos ser duplamente reconhecidas seja pelo esforço no ambiente de trabalho, em nossas casas ou cumprindo dupla jornada de trabalho. O importante agora é celebrar a força do trabalho e por isso expresso em palavras todo meu reconhecimento. Muito obrigada. Agora falarei a respeito da demanda livre nos postos de saúde. Minha indicação: é possível não ter fila nos postos. Para isso será necessário implantar lentamente posto por posto a cada 90 dias, pra fazer a experiência, será necessário que as agentes comunitárias de saúde visitem casa por casa dos usuários com o intuito de fazer um recenseamento e saber como a população é composta. Quantos homens, quantas mulheres, quantas crianças moram na comunidade e ainda saber sobre as patologias crônicas existentes tais como diabetes, hipertensão além do número de mulheres grávidas. Será necessário ainda contratar médicos e psicólogas com isso já reduziremos em 60% as necessidades da população, pois a grande maioria da população quando procuram os postos de saúde tem problema da alma e 40% têm doença patológica. Necessário ter um posto piloto para iniciar o trabalho e este posto deverá ser localizado no bairro de menor população porque aí não teria aquele grande fluxo de pessoas e atrapalharia a triagem. Então, por isso o bairro de menor população para iniciar esse trabalho. Obrigada. – Presidente: Com a palavra vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Vou deixar pra outro dia. – Presidente: Com a palavra vereador Olavo Santos. - Vereador Olavo Santos: Quero enaltecer o debate de hoje principalmente àqueles que se ativeram às questões técnicas e lamentar que esse último projeto tenha sido aprovado porque essa Casa cometeu um erro muito sério e a população vai nos cobrar. Parabenizar a Romulo pelas suas articulações e compreensões e quero dizer apenas o início de um novo tempo nesse Parlamento de mais debate de mais entendimento e que os resultados no meu modo de ver começarão a ser diferentes se continuar a vir esses tipos de projetos como alguns que se desenham já por aí que estão chegando às comissões e que nós precisamos ter uma atenção redobrada. É preciso sim que escutemos, que vamos a discussão, é preciso respeitar o resultado final, mas é preciso que a população comece a ver como estão acontecendo as votações e de que maneira está o Executivo enviando os projetos para conduzir a administração pública no município de Cascavel. Não podemos pensar apenas imediatista, precisamos pensar para o futuro, planejar e as políticas, precisam ter políticas de estado e não de governo. Não vou me furtar à discussão, mas sempre os nossos colegas, respeitando aqueles que elaboram as leis e estaremos de uma maneira mais forte fazendo a fiscalização, por um longo tempo trouxemos toda a contribuição possível para possibilitar



ESTADO DO PARANÁ

uma gestão de resultado. Agora é preciso que ela seja de resultado, sem máscaras, é preciso que o resultado seja bom para todos, que tenhamos justiça social, é preciso que tenhamos um reconhecimento ao trabalhador, aquele que mais precisa do Parlamento, aquele que mais precisa do governo. Costumamos dizer que o rico não precisa do governo, mas também precisa. É preciso que possamos respeitar a todos e possibilitar o desenvolvimento econômico do município de Cascavel e isso só vai ser possível se mudar um pouco as ações e a maneira como estão enviando esses projetos a essa Casa. E se a gente conseguir ter a adesão de mais colegas que possam vir fazer um debate e um estudo na parte técnica detalhadamente eu tenho certeza que a população vai ficar satisfeita com a nossa Casa, essa Casa que durante todo esse tempo não se furtou ajudar o Executivo, mas que não pode continuar aceitando projetos que são praticamente um lixo jurídico, uma técnica podre enviada a essa Casa. Nós vamos continuar o debate. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Rafael Brugnerotto. - Vereador Rafael Brugnerotto: Vou basicamente aqui justificar meu voto e dizer que nós estamos aqui, meu mandato está aqui justamente para defender o interesse público. Quando às vezes trago argumentos jurídicos não necessariamente votarei de acordo com eles porque estamos dentro do regime político. Hoje meu voto simplesmente foi porque percebi que o tom aqui se deu politicamente e se for para tocar politicamente eu vou optar pelo melhor para Cascavel que nesse momento seria a possibilidade dos guardas estarem recebendo esses valores, eles não querem saber se a rubrica está certa ou errada. Só guerem receber. Só deixo aqui consignado que caso dê algum problema não foi por falta de aviso, mas também nós temos que pensar no bem da comunidade e buscar a solução, mas com soluções mais firmes. Hoje utilizei até da tentativa de adiamento para fazer um ajusta porque por muito pouco hoje o governo não teve uma derrota, mas essa derrota poderia implicar no comprometimento do serviço público no município de Cascavel. Por isso se for para comprometer o serviço público e prejudicar a população, votarei pelo bem da população mais uma vez. Era isso. Gostaria só de lembrar que estamos trabalhando na questão das cidades resilientes, na busca de políticas públicas que coloquem Cascavel na vanguarda e que tenhamos maneiras de prevenir situações de risco que possa haver. Peço apoio de todos nessa empreitada novamente na questão das cidades resilientes que estamos falando todos aqui no futuro seguro para nossa população. Era isso. - Presidente: Com a palavra vereador Pedro Sampaio. - Vereador Pedro Sampaio: Só vou trazer a pouquinho de conhecimento a todos os presentes. Quando a gente fala em limite prudencial no artigo 169 da Constituição Federal ele diz muito claro lá: a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. Parágrafo terceiro: para o cumprimento dos limites estabelecidos com base nesse artigo fixado na lei complementar referida no caput, os municípios adotarão as seguintes providências: redução de pelo menos 20% das despesas com cargo em comissão e funções de confiança. Só para poder concluir fato esse que nós levantamos antes, é uma orientação, sugestão que dou ao prefeito e se me convidarem para ser prefeito, quem sabe num projeto futuro, a ser prefeito dessa cidade e nós estaremos atentos a todas essas situações de constitucionalidade, não olhando para trás eu acho que ela traz também teve seus erros, teve seus acertos, mas em questão hoje do presente projeto nós assinamos aqui um atestado errôneo de



aprovar essa lei hoje aonde nós tratamos aqui a indenização como parte do salário. No aspecto jurídico a gente buscou, também me aconselhei, busquei todas as informações e nenhuma delas me dava o que acertadamente eu fiz pelo meu voto que foi contrário. Então, é só para sugestão a vocês, levem ao prefeito que comece pelo artigo 169 e como disse: o quadrimestre está aí, tomara Deus que tenha saído desse tal do limite prudencial, mas se não saiu, a primeira indicação minha vai ser para que cumpra o artigo 169. O Prefeito não pode ser omisso nessa parte. Obrigado. - Presidente: Com a palavra vereador Josué de Souza. - Vereador Josué de Souza: Mediante a fala do Pedro tenho que dar a resposta para ele. Para ser prefeito não é convite, é voto. Tem que se candidatar. O senhor tem todas as condições de ser prefeito, mas não espere convite. Coloque o nome lá no PSDB e vamos para disputar a eleição. Eu estou convicto com o meu voto, a questão de nós estarmos dentro do limite prudencial, pode ficar tranquilo que não sei se vamos sair já, mas posso garantir que nós aumentamos a arrecadação e estamos aumentando todo ano e estamos trabalhando seriamente, votamos com responsabilidade, sabemos que fizemos a coisa certa e o senhor pode ficar tranquilo também primeiro porque o senhor votou contra e segundo porque não vai ter nenhum problema. Era isso que eu tinha. – Presidente: Com a palavra vereador Policial Madril. -Vereador Policial Madril: Vou abrir mão da palavra. - Presidente: Não havendo mais nenhuma inscrição para o interesse público, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezesseis horas e quarenta e nove minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilsa Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

ALÉCIO ESPÍNOLA

Presidente

CABRAL

1º Secretário